



Info  
**MIPMIS**

Informativo da micro, pequena e média indústria

---

*Edição 9 - Março de 2014*

**FIESP**

DEPARTAMENTO DA MICRO,  
PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA

O DESAFIO DE  
FAZER O CERTO  
E DAR CERTO

04

INFOLEGISLATIVAS

06

INFOCRÉDITO

10

SUMM

INFOINDÚSTRIA 14

INFONOTÍCIAS 18

CALENDÁRIO 22

DICAS DE GESTÃO 23

ÁRPIO

# O DESAFIO DE FAZER O CERTO E DAR CERTO

*Por:* Augusto D. Boccia, Diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (Dempi-Fiesp)

---

Qualquer empresa pode dar certo, desde que administrada por um empresário que tenha alguns bons princípios, como a educação e a honestidade, além dos desafios de sua decisão de ser empresário e empreendedor. Poucas serão as pessoas que desenvolverão ou realizarão negócios e riquezas instantâneas, como algumas empresas do setor de tecnologia da informação, de aplicativos e, excepcionalmente, de produtos de consumo. Não se iluda e nem se decepcione, mas a realidade é muito diferente. Poderá levar anos ou até décadas de muito esforço, com dias, noites e finais de semana de muitos sacrifícios de seus familiares e colaboradores, para que sua empresa ganhe sustentação, capital e pleno desenvolvimento. E, no final, tudo isso só será possível se, efetivamente, o empresário colocar a empresa para trabalhar para a sociedade e não para, apenas, sustentá-lo, apesar do esforço e da dedicação pessoal, mesmo quando tenha a oportunidade de obter resultados a curto prazo.

Uma empresa só tem continuidade quando nasce com a clareza de uma mina d'água, pura e cristalina, que começa a correr transparente, limpa e saudável, o que nos têm faltado, e não como um rio sujo, poluído e contaminado, quando cruza algumas cidades, o que nos têm sobrado. Manter uma

empresa transparente e honesta é e será, em um país como o Brasil, o maior desafio, mas não se preocupe, afinal você é um empresário que veio para contribuir com a sociedade. Compreenda que pagando os melhores salários, apesar de todos os custos sociais e encargos, você terá ao seu lado os melhores e mais dedicados profissionais, que te ajudarão a dar certo. Descubra que neste processo muitos outros pequenos prestadores de serviços e empreendedores como você estarão prontos para nascer e crescer, contribuir, realizar e compartilhar os resultados obtidos por todos, o que com certeza irá colaborar para reduzir as grandes diferenças de riqueza de nossa sociedade.

Seja consciente com o recurso pessoal que você vai retirar da sua empresa, pois é também desta maneira que você vai contribuir para que ela dê certo e sobreviva, principalmente nos momentos de crise econômica. Ser um empresário de sucesso não pode estar apenas relacionado às riquezas patrimonial e pessoal e ao entendimento exclusivista de sua competência, mas sim à importância dos serviços prestados à sociedade, resultado de uma produção correta e sustentável, que advém de uma administração planejada e compartilhada com seus colaboradores, pois as conquistas alcançadas são da competência de todos.



---

Quando alguma coisa der errado, não desista! Não substitua o certo pela tentação das facilidades aparentes de corromper, sonegar, fraudar, enganar e mentir. Reaja e identifique com seus colaboradores e verdadeiros parceiros o que está acontecendo, ajuste seus planos de vendas, invista nos sistemas de gestão, analise os custos, participe de cursos e treinamentos, estude todos os dias, atualize-se, participe das entidades de classe e, com a segurança e a certeza de quem está fazendo o certo, reclame e exija seus direitos.

Como empreendedor e empresário, compreenda que os resultados de uma empresa não podem se limitar apenas aos lucros, mas sim à distribuição e aplicação correta destes e ao retorno de toda a realização de seus objetivos sociais, obtidos através dos produtos que sua empresa produz e de suas utilidades, do número de colaboradores que contrata, dos fornecedores que desenvolve, dos clientes que atende, dos programas de treinamento e dos subsídios à formação superior e técnica de seus colaboradores, da melhoria dos planos de assistência à saúde, dos programas de alimentação na empresa, da cultura e muito mais.

Tenha muita paciência, compreensão e capacidade para ajudar a transformar todos aqueles exatamente iguais a

você, mas que por exclusão social não receberam a educação básica necessária para pensar, o que os tornou limitados, dependentes e fragilizados à exploração de muitos.

Quando sua empresa crescer, não aceite investidores interessados apenas nos lucros e sim nos resultados que sua empresa realiza.

O futuro deste país e do planeta estão à sua espera, é só fazer certo!





INFO

# LEGISLATIVAS

---

---

## Simplex bem mais rápido para abrir uma empresa

Afif Domingos anuncia sistema que permitirá reduzir o processo de 150 para apenas 5 dias

O governo promete, para junho, a diminuição do prazo para abertura de empresa, da atual média de 150 dias, para apenas 5 dias. De acordo como ministro da secretaria da Micro e Pequena Empresa, Afif Domingos, o feito se dará graças à implantação da Redesim - Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, que irá simplificar o processo de abertura e fechamento de empresas. De acordo com Domingos, até o dia 30 de junho estará no ar o portal Empresa Simplex, que possibilitará a redução do prazo, porque vai unificar todas as etapas necessárias para a abertura da empresa, como a das licenças para o funcionamento, a do registro na Junta Comercial e a da inscrição do CNPJ na Receita Federal.

“O portal permitirá que os dados trafeguem dentro de uma só ferramenta, sem que seja necessário o empresário viajar de um órgão para o outro”, disse o ministro. Além de facilitar a abertura e o fechamento das empresas, o site será uma espécie de “portal de negócios”, informou o ministro. “Haverá espaço para a criação de um catálogo empresarial, onde as empresas poderão inserir os seus dados e falar dos seus produtos”, sinalizou o ministro. Também haverá mecanismo de procura e oferta de tecnologia. Para a meta de redução no prazo ser alcançada, o ministro observa que governos estaduais e municipais, em conjunto com empresários, precisam aderir localmente à campanha de desburocratização. Segundo o ministro, o processo hoje é lento porque “cada um (estados e municípios) tem uma exigência, cada um tem uma regra. Agora haverá um balcão único, com registro único, e a nossa meta é diminuir o prazo de abertura e fechamento de empresas.

Hoje, são aproximadamente 150 dias, vamos reduzir para cinco dias. O ministro afirmou que obteve do presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB - RN), a garantia de que o projeto será votado ainda na primeira quinzena de março. Mas o projeto encontra resistência, especialmente na bancada paulista e no Ministério da Fazenda, que tem em perdas de arrecadação. Um dos pontos polêmicos é que o altera o enquadramento no Supersimplex, deixando de ser por categoria profissional. O único critério passaria a ser o faturamento. Estaria enquadrada qualquer empresa com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões. Outro ponto controverso é a mudança na forma de cobrança.

O projeto propõe extinguir a substituição tributária que, no entender de Domingos, faz com que os pequenos paguem mais impostos. Para o ministro, esse modelo de tributação acaba por anular os benefícios do Simplex, já que as micro e pequenas pagam o valor cheio do imposto, sem a redução a que teriam direito pelo programa.

Brasil Econômico - 11/02/14

# INFO LEGISLATIVAS

---

## Trabalho temporário pode ser flexibilizado

Para baixar o custo da mão de obra e agilizar o mercado de trabalho, o governo federal quer flexibilizar a contratação de trabalhadores temporários pelo setor privado. Inicialmente prevista somente para contratações visando a Copa do Mundo, a Medida Provisória (MP) em preparação vai permitir essas contratações flexíveis, sem registro em carteira, para todos os setores da economia, em qualquer momento do ano, em todo o País.

Segundo minuta da medida, à qual o Estado teve acesso, as empresas poderão fechar um contrato de trabalho de 14 dias, renováveis (com intervalo de sete dias corridos) até o limite de 60 dias por ano. No governo, a futura medida provisória é apelidada de “MP do Magazine Luiza”, dada a influência da empresária Luiza Trajano na gestação do mecanismo, inicialmente proposto pelo Planalto, e formulado no âmbito do Conselho de Relações do Trabalho (CRT), que conta com integrantes do governo, do setor privado e dos sindicatos.

Os “minicontratos temporários” não terão registro em carteira. A empresa deverá inserir as informações dos contratos firmados com os trabalhadores temporários em um sistema eletrônico único, que será operacionalizado pelos ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Previdência Social. Assim, a declaração “substituirá a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que está sujeito o contratante, inclusive as relativas ao recolhimento do FGTS”, como estipula a minuta da MP.

Punição - Adicionalmente, o projeto prevê que todos os encargos trabalhistas e as contribuições ao INSS e ao FGTS serão recolhidas em um documento único. Caso haja qualquer infração, a empresa será obrigada a pagar uma multa fixa, de R\$ 2 mil, ao trabalhador. Na visão do governo, a MP vai permitir um “salto” na contratação formal de trabalhadores no País, ao reduzir o custo da mão de obra para a empresa e, principalmente, por agilizar a contratação dos trabalhadores.

Contratando um trabalhador dessa maneira, a empresa economizaria porque não precisaria pagar um mês integral de salário. Por outro lado, o trabalhador terá direito ao pagamento de férias e 13.º proporcionais ao tempo em que desempenhar a função. Os especialistas do governo veem no projeto uma forma de manter aquecido o mercado de trabalho - que vem desempenhando o papel de mola propulsora do crescimento econômico e aumento de renda da população há praticamente uma década.

O Estado de São Paulo – 30/1/2014





---

## Governo quer lançar Pronatec voltado a MPes

BRASÍLIA - O ministro Guilherme Afif Domingos (PSD), da Secretaria Especial da MPE, afirmou, nesta quarta-feira, 12, que o governo vai concluir, dentro de 20 dias, estudos para facilitar a adesão das MPes ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para os aprendizes – jovens de 14 a 16 anos. Segundo Afif, o programa de jovem aprendiz já obriga que as grandes e médias empresas tenham de 5% a 15% de seus funcionários contratados pelo programa de aprendiz. As MPes estão fora desta regra e só contratam se quiserem.

“O problema é que esse aprendiz tem que ter acompanhamento de entidade certificadora, que cobra até R\$ 300 por mês. As grandes empresas pagam porque são obrigadas, mas as MPes, que não são obrigadas, querem fugir deste custo e não contratam o aprendiz”, disse. De acordo com o ministro, o governo discute cobrir o custo da entidade certificadora através das escolas técnicas participantes do Pronatec.

“O custo do aluno aprendiz vai ser coberto pelo Pronatec. O que está em estudo é quanto recurso está disponível no orçamento do programa este ano para determinar quantos alunos poderão ser atendidos”, afirmou. Afif falou logo após a instalação do Comitê Interministerial de Avaliação do Simples Nacional, que será presidido pelo próprio ministro e terá como papel a articulação de políticas públicas para as MPes. Outra alteração que será estudada “pela área financeira do governo”, de acordo com Afif, é a utilização do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para permitir a compra de bens de produção por parte das MPes. “Hoje, há crédito para a compra de bens de consumo, mas não para bens de produção. Precisamos ser ousados e dar esse passo”, disse Afif.

Por Lucas Marchesini e Raphael Di Cunto  
Valor Econômico – 12/02/14



INFO  
**CRÉDITO**

---



## Governo lança seguro de exportação para MPEs

Nova modalidade garante exportações de companhias com faturamento de até R\$ 90 milhões e vendam até US\$ 1 milhão

BRASÍLIA - O governo lançou neste mês uma nova modalidade de seguro de crédito à exportação voltada para MPEs. Segundo nota divulgada pelo Ministério da Fazenda, a ideia é garantir as exportações de bens e serviços de companhias que tenham faturamento anual de até R\$ 90 milhões e vendam até US\$ 1 milhão no mercado internacional.

De acordo com a nota, o novo seguro vai preencher uma lacuna que existe hoje no mercado brasileiro: “O mercado de seguro de crédito à exportação privado tem pouco apetite para as operações de MPEs na faixa de valores em que o governo vai operar. A falta de garantias é um forte limitador para a obtenção de financiamento público ou privado às exportações dessas empresas”, afirma o texto. Em 2013, 14.199 empresas exportaram até US\$ 1 milhão, totalizando US\$ 2,2 bilhões em vendas a outros países.

Esse é o universo potencial de empresas a serem atendidas pelo novo serviço. Segundo a Fazenda, a meta do governo é chegar a US\$ 1 bilhão em garantias por ano até 2018 por meio do novo seguro. As empresas interessadas no seguro podem procurar a página da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) na internet ([www.sbce.com.br](http://www.sbce.com.br)). Elas devem preencher um formulário. Se as informações apresentadas forem consideradas satisfatórias, a empresa receberá, via e-mail, login e senha de acesso ao sistema eletrônico. Após análise cadastral e financeira, ela receberá um limite de crédito anual

Por Martha Beck  
O Globo – 05/02/2014

# INFO CRÉDITO

---

## Banco do Povo Paulista reduz juro e aumenta limite de empréstimo

O Banco do Povo Paulista, programa de microcrédito do governo de São Paulo, reduz a partir de hoje o juro cobrado ao mês de 0,5% para 0,35% e aumenta o valor limite do empréstimo de R\$ 15 mil para R\$ 20 mil. Essa é a terceira redução desde que a instituição foi criada, em 1998, para atender empreendedores formais ou informais com atividades nas áreas urbana e rural.

Nos últimos 15 anos, R\$ 1,3 bilhão foi emprestado a 340 mil pessoas de 514 cidades do Estado, onde o banco atua por meio de parceria com administrações municipais. A meta é abrir 131 agências até o fim deste ano, 80 delas já estão em negociação. Com a redução para 0,35%, a taxa passa ser a menor das principais instituições que atuam no setor. Até então, a menor taxa era de 0,40% ao mês, do programa Crescer, reformulado em 2011 pelo governo federal para atender microempreendedores de baixa renda por meio de bancos públicos. No ano passado, R\$ 9,4 bilhões foram emprestados a 5,22 milhões de pessoas por meio do programa nacional de microcrédito orientado, instituído em 2005.

São 499 instituições habilitadas (de bancos públicos e privados a cooperativas e organizações reconhecidas pelo poder público), segundo o Ministério do Trabalho. O valor financiado é 45% superior ao de 2012. Do total concedido pelo programa nacional, quase um terço (R\$ 2,9 bilhões) foi por instituições reguladas pelo Banco Central. Estudo do Banco Mundial indica o Brasil como o país da América Latina onde o microcrédito tem menor penetração: 2% dos clientes potenciais são atendidos. No Chile, são 27%, e, em El Salvador, 69%. Quem atua no setor vê espaço para crescer, sobretudo no Norte e no Nordeste.

Folha de São Paulo – 24/02/2014

---

## Taxas devem subir em linhas para as pequenas empresas

A retomada da inflação obrigou o Banco Central (BC) a aumentar a taxa básica de juros, a Selic, em 2013. Para especialistas ouvidos pelo DCI, o maior aumento deverá ocorrer para pequenas e médias empresas e em linhas voltadas para o consumo. Isso ocorre, pois a chance de inadimplência nessas linhas, somado a ausência de garantias para o pagamento dos empréstimos, são elementos que aumentam o risco para bancos.

“A tendência é que as instituições financeiras repassem esse aumento para linhas com maior risco de inadimplência. Isso já ocorreu no ano passado e esse processo deverá se intensificar neste ano”, afirmou o professor da Universidade Mackenzie, Ruy Lopes Cardoso. Dados do Banco Central (BC) mostram esse fenômeno já ocorreu em 2013. A taxa de juros no crédito pessoal passou de 66,3% ao ano (a.a) em janeiro do ano passado para 68,1% para 86,4% em novembro do mesmo ano.

No mesmo período, a taxa ficou estável em 24,5% no consignado, linha considera de menor risco... “Outro fator importante é cultural, o brasileiro ainda não tem o hábito de analisar as taxas das diversas linhas que estão disponíveis no sistema financeiro. “Existe uma dificuldade de acesso a linhas de longo e médio prazo e os empresários precisam recorrer ao capital de giro que tem um custo alto”, afirmou Ruy Lopes. Por último, o professor acredita que os bancos irão reforçar suas apostas em grandes empresas, principalmente por conta dos projetos de infraestrutura. “O crédito para as empresas que participam desses projetos previstos e em andamento é de baixo risco de inadimplência, e por isso, a tendência é um redirecionamento dos recursos das outras linhas para esse segmento”.

Apesar dessa expectativa, os especialistas não apostam em uma explosão das taxas de juros, principalmente porque o governo está conseguindo controlar as taxas via bancos públicos. Além disso, os bancos estão preocupados com a inadimplência e um aumento de juros poderia aumentar o nível de calotes. “Nos últimos anos o governo incentivou o consumo e as famílias se endividaram bastante. Os bancos estão atentos a isso e devem repassar no máximo o aumento da taxa básica de juros. Caso contrário, correm o risco de ter um aumento nos calotes e por consequência nas Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PDD)”, afirmou o professor do Ibmecc/Rj e economista da Simplific

Por Pavarani

Diário Comércio Indústria & Serviços – 15/01/14





INFO

# INDÚSTRIA

---



## **Brasil ganhou 1,84 milhão de novas empresas em 2013 aponta Serasa**

Das novas empresas 68,2% foram de microempreendedores individuais. Por região, Sudeste registrou maior número de novas empresas.

O Brasil ganhou 1.840.187 novas empresas em 2013, segundo levantamento divulgado nesta sexta-feira (31) pela Serasa. Foram 8,8% mais que o registrado em 2012, quando 1.690.760 novas empresas foram abertas no país. Das novas empresas criadas no ano passado, 1.254.117, ou 68,2% do total, foram de MEIs. Outras 219.560 (11,9% do total) foram de empresas individuais, enquanto 259.630 (14,1%) foram de sociedades limitadas, e 106.880 (5,8%) de outras naturezas jurídicas. Segundo a Serasa, as MEIs vêm registrando aumento crescente: em 2010, elas representaram 49% do total dos novos empreendimentos.

Por região, o Sudeste registrou o maior número de empresas abertas de janeiro a dezembro de 2013 (50,6%), seguida pela região Nordeste (18,4%). A região Sul ocupa o terceiro lugar, com 16,2% do total de empresas criadas no ano passado, seguida pelo Centro-Oeste (9,4%) e pela região Norte (5,4% do total).

G1, São Paulo – 31/01/14



# INFO INDÚSTRIA

---

## Câmara realizará comissão geral sobre mudanças no Estatuto da MPE

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, anunciou nesta quinta-feira (13) a realização de comissão geral para debater o relatório final dos projetos que modificam o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (conhecido como Lei do Supersimples - Lei Complementar 123/06). O texto foi aprovado, em dezembro do ano passado, na comissão especial criada pela Câmara para analisar a matéria. A comissão geral deverá ser realizada na primeira quinzena de abril. O anúncio foi feito durante reunião com o ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos; o presidente do (Sebrae), Luiz Barreto, e diversos líderes partidários e parlamentares ligados ao tema, como o relator da proposta e o presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, deputado Guilherme Campos (PSD-SP).

“A realização da comissão geral vai aumentar a pressão [pela votação da proposta] e forçar a negociação dos pontos ainda polêmicos”, declarou Afif. Ele se referia à postura do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que se opõe à proposta, argumentando que ela reduz a arrecadação tributária. “Eles falam que a desoneração será de R\$ 20 bilhões, mas não mostram estudos”, acrescentou. Segundo o relator, o impacto das medidas sobre a carga tributária será de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, apresentado aos participantes da reunião, destaca que essa perda seria compensada com a “expressiva taxa de crescimento de formalização de novos negócios, geração de empregos, pagamento de INSS pelos novos empregados e empreendedores, assim como a melhoria significativa de indicadores econômicos”.

Ao anunciar a realização da comissão geral, Henrique Eduardo Alves cobrou uma negociação mais ampla com o governo e com o Confaz para que o anúncio do evento não gere uma expectativa no setor produtivo que seja frustrada posteriormente pela oposição da área econômica do Executivo.

Por Rodolfo Stuckert  
Agência de Notícias da Câmara dos Deputados - 14/03/14

# DESTAQUES

## Pontualidade de pagamentos das PMEs é a maior desde 2006 diz Serasa

Micro e pequenas empresas do setor comercial apresentaram o melhor resultado de 2013.

Recuo sistemático da inadimplência ao consumidor contribuiu com resultado. A pontualidade de pagamentos das micro e pequenas empresas (PMEs) atingiu 95,7% em 2013, divulgou a Serasa Experian na manhã desta segunda-feira (27). Este é o maior nível de pontualidade das PMEs desde 2006, início da série histórica, superando inclusive o patamar de 95,4% alcançado em 2012. O recuo sistemático da inadimplência do consumidor ao longo de 2013 e a crescente formalização do mercado de trabalho e da profissionalização dos empreendimentos, segundo economistas da Serasa, impulsionaram o resultado. As MPEs do setor comercial apresentaram o maior nível de pontualidade de pagamentos em 2013: 96,3%.

Já as industriais registraram pontualidade de 95,0% e, por fim, as companhias de serviços atingiram 94,9% no ano passado. Em 2013, o valor médio dos pagamentos pontuais recuou 0,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior (R\$ 1.799 contra R\$ 1.807). O maior valor médio foi registrado pelos pagamentos pontuais das empresas de serviços (R\$ 1.914), seguido pelo das empresas comerciais (R\$ 1.808) e, por fim, pelas MPEs do segmento industrial (R\$ 1.665).

Ig, São Paulo – 27/01/2014

## Atividade da indústria de SP cresce 2,2% em janeiro, diz Fiesp

Ganho não recupera perda de 5% do mês anterior. No acumulado de 12 meses, o indicador mostrou alta de 0,7%.

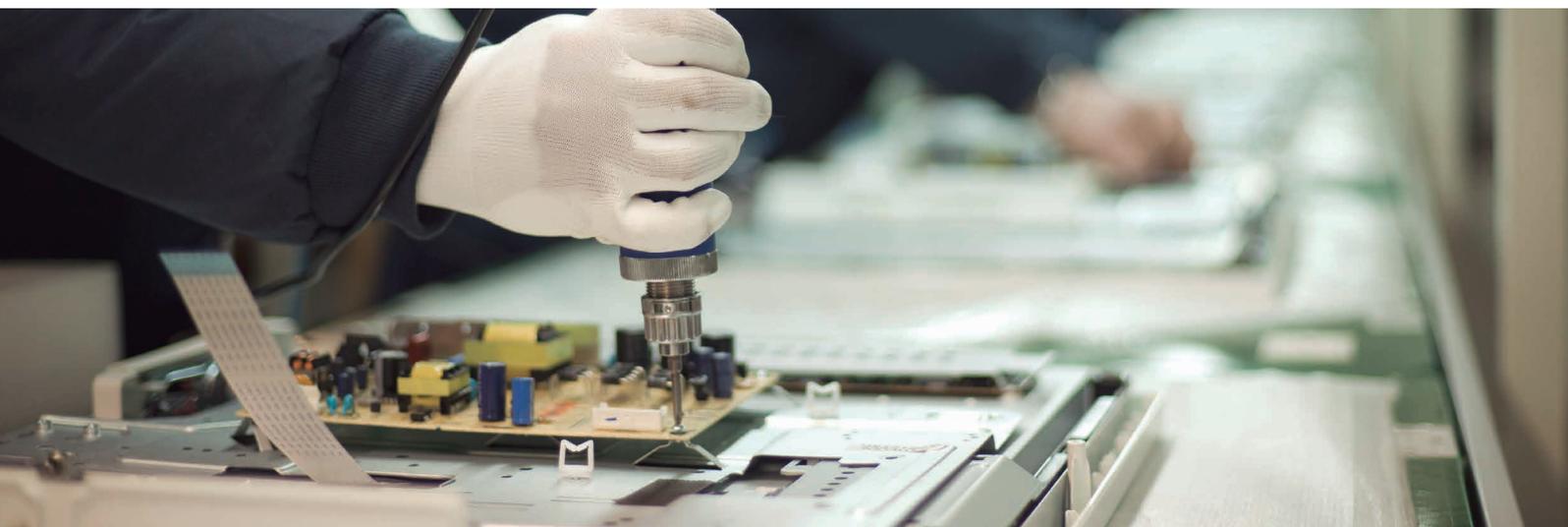
A indústria do estado de São Paulo cresceu 2,2% em janeiro na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (27) pela Fiesp. O ganho, no entanto, não recupera as perdas do mês anterior, quando a atividade caiu 5%. No acumulado de 12 meses, o indicador mostrou alta de 0,7%. Já o nível de utilização da capacidade instalada ficou em 81,8%, pouco acima dos 81,3% de dezembro.

### Cautela e revisão

Em nota, o gerente do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp, Guilherme Moreira, afirma que o resultado de janeiro, embora positivo, deve ser visto com cautela. “É um mês que está ocupando o espaço vazio de dezembro. É um bom resultado, mas tem que levar em conta que é um resultado em cima de um dezembro horrível”, afirma. Segundo a Fiesp, a projeção de que a indústria paulista chegue ao final do ano com expansão de 1,8% está sendo revista para baixo. Isso porque, se o indicador apresentar estabilidade todos os meses até o final do ano, pode encerrar 2014 com queda de 4,2%.

“Para chegar a nossa previsão de crescimento de 1,8%, o INA teria que ter um crescimento muito vigoroso, o que a gente acha difícil ocorrer. Infelizmente estamos revisando para baixo o INA e na próxima divulgação devemos ter um número bem inferior à previsão atual”, explica Moreira.

G1, São Paulo – 27/02/14



A hand is holding a smartphone, with the screen showing a blurred image. The background is filled with large, out-of-focus bokeh lights in shades of red and orange. The overall scene is softly lit, creating a warm and modern atmosphere.

INFO  
**NOTÍCIAS**

---



## **Lançado o aplicativo para dispositivo móvel “CNPJ”**

O novo “app” permite consultar informações cadastrais, inclusive se a empresa é optante pelo Simples Nacional ou Simei, e acompanhar o andamento das solicitações cadastrais de pessoas jurídicas. Está disponível na App Store (para dispositivos que utilizam iOS) e na Google Play (sistema Android). Na opção “Consulta CNPJ”, o usuário pode consultar, diretamente nas bases da Receita Federal, as informações cadastrais da empresa (situação cadastral, nome fantasia, natureza jurídica, CNAE e endereço), se esta é optante pelo Simples Nacional ou Simei, compartilhar a tela consultada e ver a localização da empresa no mapa (geolocalização).

O aplicativo também possibilita acompanhar as solicitações cadastrais (inscrições, alterações e baixas) enviadas para as bases da Receita Federal e consultar a tabela CNAE. Para otimizar as pesquisas, o “app” permite marcar o CNPJ e a CNAE consultados como favoritos, facilitando futuras consultas. Também é possível obter informações sobre os procedimentos cadastrais, participar de um teste de conhecimentos sobre o CNPJ e avaliar o próprio aplicativo.

Receita Federal – Simples Nacional  
12/02/2014

## Empresa consegue se livrar de recolhimento de 10% no FGTS

Empresas já podem pleitear na Justiça a desobrigação do recolhimento do adicional de 10% do FGTS pago em demissões sem justa causa, além de requerer valores pagos à União indevidamente. Muitas empresas têm conseguido a isenção da contribuição sob a alegação de que a cobrança já cumpriu a finalidade para a qual foi criada, desde 2007, o que extingue a sua exigibilidade.

Em decisão recente da 6ª Vara da seção judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a juíza Ivani Silva da Luz, concedeu, em caráter liminar, que uma empresa deixasse de recolher os 10% da contribuição. Segundo a juíza, a contribuição que era destinada para trazer equilíbrio às contas do FGTS em razão do pagamento dos expurgos inflacionários dos planos Verão e Collor I já teve sua função cumprida.

Para Ivani, o esgotamento da finalidade que motivou a criação da contribuição fica ainda mais claro quando se observa a motivação do veto da presidente da República ao Projeto de Lei Complementar 200/2012, que se destinava a extinguir a contribuição do artigo 1º da LC 110/2001, que prevê a contribuição. “A cobrança do adicional de 10% era destinada a recompor o déficit causado nas contas do FGTS pelos Planos Verão e Collor I e foi instituído pelo governo federal, em 2001, por meio da Lei Complementar 110/2001”, explica o tributarista do escritório Saito Associados, Marcelo Risso.

Em julho do ano passado, a presidente, Dilma Rousseff vetou a extinção da contribuição prevista Projeto de Lei Complementar 200/2012 sob alegação de que a extinção da contribuição geraria um impacto superior a R\$ 3 bilhões por ano nas contas do FGTS. Segundo o veto, a proposta não está acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e a sanção do texto levaria à redução de investimentos em importantes programas sociais em ações estratégicas de infraestrutura. “O veto presidencial deixa ainda mais clara a ilegalidade da cobrança e seu desvio de finalidade, já que o argumento para mantê-la é evitar os impactos que sua extinção causaria nas contas do FGTS e no programa social Minha Casa Minha Vida”, argumenta

Risso. De acordo com o especialista, “o governo federal tem utilizado o produto da arrecadação do adicional, desde 2012, para fazer frente ao superávit primário, num claro desvio da finalidade para a qual a cobrança foi criada”. Segundo Risso, o Poder Executivo tem trabalhado para regularizar esse desvio, com a criação do Projeto de Lei 328/13 que tenta normatizar que os 10% da contribuição sejam destinados para o programa Minha Casa Minha Vida. No julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), a 2.556 e 2.568, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, reconheceu a constitucionalidade da cobrança, mas deixou claro que as contribuições estavam condicionadas à existência de sua destinação e finalidade. Nas decisões monocráticas, relacionadas as Adins 5050 e 5051, o ministro Roberto Barroso, ao abreviar a tramitação das ações, observou que a contribuição e sua constitucionalidade foi reconhecida pela Corte na Adin 2556. Nas três Adins, os autores sustentam que a decisão pode ser rediscutida, diante de alterações na realidade fática ou na compreensão jurídica dominante.

“Considero possível, de fato, que o próprio STF volte a analisar a constitucionalidade de lei declarada constitucional em determinado momento, não sendo razoável que o ato seja blindado, de forma permanente e incondicionada, contra eventuais novas impugnações”, afirma o mais novo ministro da Suprema Corte. No caso, porém, o ministro não verificou a existência de elementos suficientes para a concessão das liminares. Tendo em vista a relevância econômica e social da questão, Barroso decidiu que as Adins devem ser levadas diretamente à apreciação de mérito, e solicitou informações à Presidência da República e ao Congresso Nacional, responsáveis pela edição da norma questionada.

Por Fabiana Barreto Nunes

Diário Comércio Indústria & Serviços – 25/02/2014



## **Compensação a Pedido disponível no portal do Simples Nacional**

Aplicativo permite ao contribuinte realizar a compensação de créditos apurados no Simples Nacional com débitos do mesmo regime. O Aplicativo “Compensação a Pedido” é um sistema eletrônico para a realização de compensação de pagamentos recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido, relativos a créditos apurados no Simples Nacional, com débitos também apurados no Simples Nacional para com o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e alterações) e na Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Ao informar os dados do pagamento recolhido indevidamente ou a maior no Simples Nacional, o aplicativo exibe uma tela contendo todos os débitos passíveis de serem compensados. A compensação é processada de forma imediata na internet. O usuário ainda pode consultar as compensações realizadas, imprimindo o extrato respectivo, e cancelar a compensação. O aplicativo está disponível no portal do Simples Nacional, menu Simples Serviços > Cálculo e Declaração > Compensação a Pedido, podendo ser acessado por meio de código de acesso ou certificado digital. O Manual do aplicativo pode ser consultado no portal do Simples Nacional, item “Manuais”.

Receita Federal – Simples Nacional – 25/02/2014



# CALENDÁRIO DE EVENTOS GRATUITOS



09 a 11/04

Palestra: Planejamento  
de Produção  
Local: Mackenzie



14 a 16/04

Palestra: Feira  
Tecnogold  
Local: Expo Barra  
Fundada



14 a 17/04

Curso: Custos e Formação  
de Preços  
Local: Sinbevidros



21 a 24/04

Palestra: Atendimento de Crédito  
e Workshop de Mídia Digital na  
Feira Glass South América  
Local: Sinbevidros

# DICAS DE GESTÃO

---

## Pequena Empresa: Desafios de ser competitiva e atraente

Quando se pensa no primeiro emprego, há quase unanimidade pela escolha das grandes empresas. Fácil de observar, pois os números são reveladores. Alguns processos para Programas de Trainees, dessas grandes empresas, desejáveis como sonho de uma carreira ascendente, repleta de realizações e conquistas, arrastam mais de 32.000 jovens, para se chegar a um número por volta de 20 contratados. As expectativas dos contratantes em ter os melhores de cada safra de formandos são altas e por parte dos candidatos, não passar nesses processos, corresponde a uma frustração maior do que a de não ser aprovado no vestibular.

Quando ingressam, entretanto, pode haver uma segunda frustração, pois apesar das perspectivas acenadas no início do processo, o que se vive no dia-a-dia, muitas vezes não corresponde aos anseios de inovação, autonomia, agilidade e possibilidade de fazer algo diferente. Muitos acabam encastelados em subáreas de sub-departamentos, muito distante dos cenários de decisões estratégicas altamente impactantes nos resultados dos negócios.

Por tradição cultural o brasileiro entende que empresas multinacionais, são melhores que as nacionais, que empresas de grande porte darão mais garantias e estabilidade além do status social e familiar. Mesmo que o cenário empresarial nacional tenha evoluído e conquistado projeção internacional, ainda há uma supervalorização do que é de fora.

Aos que não conseguiram ingressar nessas fabulosas fábricas de futuros líderes e gestores, acaba sobrando obter emprego em outras organizações, menores, familiares e geralmente sem o status que ofereceriam as maiores e melhores para se trabalhar. Não há muitos incentivos, no período da graduação, para o empreendedorismo e a fala corrente é de que empreender no Brasil é tarefa difícil por conta das taxas tributárias, encargos sociais e trabalhistas. De fato, há muito pouco incentivo para o futuro empreendedor. Ainda há enraizado no coletivo social que empreender é a falta de ter conseguido um lugar melhor para se estar. O empreendedor não é visto como agente de mudança na economia, mas quase como falha na obtenção de um lugar digno para se trabalhar. O brasileiro empreende motivado pelo desemprego, pela falta de reconhecimento na empresa onde trabalha ou pela baixa remuneração, não exatamente

por ter algum projeto em que acredite e que planeje estrategicamente para iniciar suas atividades. É preciso mudar essa ideia. Peter Druker afirma que empreendedores são aqueles que aproveitam as oportunidades para criar as mudanças.

O momento é propício para isso. Há possibilidades de realizar negócios em praticamente todos os segmentos. É fato. A economia projeta possibilidades otimistas de crescimentos de até 6% ao ano. Bom sinal, porém, também um alerta. Pode faltar mão-de-obra qualificada. Há também, o mito de que não existem políticas de financiamento ao empreendedorismo no Brasil, mas existem e, por vezes o dinheiro destinado sobra por falta de bons projetos. O SEBRAE oferece apoio à inovação e incentivo aos pequenos e micro-empresários através de diversos programas tais como: Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), Clínicas Tecnológicas, Via Design, Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), Programa do Alimento Seguro (PAS) e Tecnologias Industriais Básicas (TIB), entre outros. (Mais informações disponíveis no Blog Faça Diferente SEBRAE).

Os movimentos de terceirização e “Business Partner” favorecem o trabalho conjunto a grandes empresas. Desta forma há gravitação de inúmeras empresas parceiras e prestadoras de serviços de menor porte atuando como facilitadoras da realização dos serviços de grandes organizações. Mais uma chance para enxergar nas pequenas e médias empresas oportunidade para contribuir com o processo de inovação das grandes organizações e perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

Por Adriana Gomes  
Artigo de estreia como blogueira do site da HSM

## Info-MPMIs

---

Informativo da micro, pequena e média indústria do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria – DEMPI – da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

Av. Paulista, 1313 – 5º Andar  
São Paulo - SP  
e-mail: [dempifiesp@fiesp.org.br](mailto:dempifiesp@fiesp.org.br)

---

Seja nosso seguidor no twitter: [@dempifiesp](https://twitter.com/dempifiesp)